



INTERLOCUÇÃO

Mesa negocial marca retomada dos diálogos entre governo e servidores

SindCVM e outras entidades trabalham pela recomposição salarial e demandas conjuntas; Sindicato requer também mesa específica para discutir pleitos do efetivo da autarquia

Está relançada a Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo e as carreiras do serviço público federal. O presidente, Oswaldo Molarino Filho, e a diretora Administrativa do SindCVM, Roselene Alves, estiveram presentes no

evento que marcou a retomada dos diálogos, realizado no último dia 7 de fevereiro na sede do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A atividade contou com a participação de oito ministros de Estado, dentre eles os que compõem a equipe econômica do governo: Esther Dweck, titular do MGI, Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, e Fernando Haddad, da Fazenda. O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual o Sindicato é membro, foi representado na mesa pelo presidente Rudinei Marques.

“O simples fato de termos uma mesa prestigiada por tantos ministros já mostra uma inversão completa do que vivemos nos últimos anos. Hoje, mais do que o relançamento da mesa negocial, é o marco para a retomada do diálogo com todo serviço público brasileiro”, observou o representante do Fonacate. Ele ainda reafirmou pontos da pauta reivindicatória da classe, como: a recomposição remuneratória emergencial, a equiparação de benefícios entre os Poderes e o fortalecimento das entidades sindicais do setor público.

Fernando Haddad também destacou o simbolismo do evento. “O objetivo aqui é tirar a granada do bolso de vocês. Acho que o significado dessa solenidade diz muito para todos nós”, afirmou, criticando a recente escalada de ameaças sofrida pelo funcionalismo. Endossando o discurso sobre a importância da valorização da classe, a ministra Simone Tebet enfatizou que a reconstrução das políticas públicas e da rede de proteção social “passa pelas mãos dos servidores e servidoras” e admitiu a necessidade de reposição do efetivo em diversas instituições do Estado.

Em seu pronunciamento, Esther Dweck saudou as lideranças presentes pela resistência às sucessivas investidas contra os serviços públicos, dando como exemplo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, matéria que classificou como “punitiva”. Para ela, a perseverança dos servidores foi um ingrediente fundamental para conter a tentativa de desmonte do setor.

A ministra anunciou o início célere do calendário de encontros da mesa negocial, de modo a dar um encaminhamento à demanda pelo reajuste remuneratório o mais breve possível. Também pontuou que pretende avançar nas discussões sobre a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre o direito à sindicalização e a negociação coletiva na Administração Pública. Outro anúncio positivo foi a anulação do dispositivo que excluía servidores em mandado classista da folha de pagamento dos órgãos.

Início das tratativas

Conforme planejado, a agenda de trabalho da Mesa Nacional de Negociação Permanente já começou. Nesta quinta-feira, 16, ocorreu o primeiro encontro entre governo e servidores. As lideranças do funcionalismo, dentre elas o presidente do Sindicato, foram recebidas pelo secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MGI, Sérgio Mendonça, para dar início às tratativas.

No encontro, os representantes reafirmaram demandas urgentes, com especial atenção ao aspecto remuneratório, uma vez que, além da acentuada perda inflacionária do último período, carreiras do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União já tiveram seus reajustes efetivados.

Mendonça afirmou que o Executivo irá apresentar uma proposta oficial de reajuste até esta sexta-feira, 17 de fevereiro.

A recomposição dos benefícios, a revogação imediata do Decreto 10.620/2021 e o requerimento pela instalação de mesas setoriais também estiveram em destaque na reunião.

Ofício conjunto

A defasagem salarial superior a 27% (IPCA) desde a última recomposição - concedida em janeiro de 2019 - é um dos temas de ofício encaminhado a Sérgio Mendonça pelo SindCVM e outras entidades representativas de carreiras do Ciclo de Gestão Governamental e do Núcleo Financeiro. No documento, os signatários solicitam audiência para tratar também da reestruturação das carreiras.

“Além disso, as últimas negociações realizadas produziram um desalinhamento salarial entre as carreiras aqui representadas e outras de perfil semelhante, como Advogados Públicos, Auditores Fiscais e do Trabalho e Delegados de Polícia, que poderá ser agravado no curto e médio prazo”, pondera ainda o ofício.

O SindCVM, juntamente às demais entidades parceiras, seguirá trabalhando em prol da recomposição remuneratória e de outros itens da pauta conjunta do funcionalismo, bem como pleiteará a abertura imediata de mesa específica para discutir questões relativas à Comissão de Valores Mobiliários, como a realização de um novo concurso público.

Em relação à pauta específica do corpo funcional da autarquia, vale lembrar que o Sindicato vem atuando diante do novo governo desde o último ano, à época da equipe de transição. Relembre [aqui](#).



AVANÇO

Governo abre caminho para revogação do Decreto 10.620/2021

Medida atende a uma demanda do SindCVM e de outras entidades representativas do setor público

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) irá revogar a Portaria que estabeleceu o cronograma de transferência das atividades de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões de diversas instituições da Administração Pública, dentre elas a CVM, para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O anúncio foi feito pela ministra Esther Dweck durante o evento de reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo e os servidores públicos federais, no último dia 7 de fevereiro.

Segundo informou Dweck, será também criado um Grupo de Trabalho (GT) interministerial para discutir a criação de unidade gestora única. A principal repercussão das medidas anunciadas deve ser a revogação do Decreto 10.620/2021, que centralizou as aposentadorias e pensões. A anulação do dispositivo é um pleito recorrentemente reafirmado pelo SindCVM às instâncias decisórias do governo, atendendo a uma demanda dos aposentados e pensionistas da autarquia.

O tema, inclusive, faz parte de ofício (veja [aqui](#)) encaminhado ao novo governo durante os trabalhos da equipe de transição.

O Sindicato seguirá acompanhando os desdobramentos do tema e buscará participação ativa nos debates, uma vez que a referida Portaria já produziu efeitos no âmbito da CVM.

Paridade

Além da revogação do Decreto 10.620/2021, outras reivindicações importantes dos aposentados e pensionistas seguem no radar. No mesmo ofício, o SindCVM reforça a defesa pela paridade entre ativos e inativos.

O tratamento paritário é bandeira também do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do qual o Sindicato é membro, que, em janeiro, encaminhou ofício à ministra Esther Dweck solicitando urgência na recomposição salarial de ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo federal (leia [aqui](#) o documento na íntegra).



CAMPANHA SALARIAL 2023

SindCVM e SindSUSEP estudam a criação de Grupo de Trabalho para discussão de remuneração variável

Objetivo é evitar descolamento salarial com carreiras que também compõem o Núcleo Financeiro

Atentas ao movimento de outras carreiras que compõem o núcleo financeiro, no sentido de proposição de uma remuneração variável (bônus de eficiência e produtividade) para complementação do subsídio, as diretorias do SindCVM e do SindSUSEP se reuniram na quarta-feira, 01 de fevereiro, para discutir a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar proposta que atenda aos servidores das autarquias.

A ação das entidades visa evitar o descolamento salarial de carreiras correlatas, como a dos servidores do Banco Central, que trabalham, desde o último ano, em sugestão nesses moldes. O modelo já é aplicado na Receita Federal e na

Auditoria-Fiscal do Trabalho, que aguardam a regulamentação da verba, fruto da negociação salarial de 2015. Nesses dois casos, cabe destacar, houve a opção pelo vencimento básico ao invés da manutenção no regime de subsídio. Em julgamento posterior à adesão, no entanto, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade da remuneração variável e destacou a possibilidade dos pagamentos da verba concomitantemente ao salário fixo, independentemente do regime.

“A facultatividade na adoção da sistemática remuneratória – por vencimentos ou por subsídios – para os servidores organizados em carreira afasta, a meu juízo, qualquer ofensa ao artigo 39, parágrafo 4º da Constituição”, afirmou o relator, ministro Gilmar Mendes, na ocasião do julgamento.

Tendo como base a decisão citada acima, o SindCVM e o SindSUSEP pretendem a elaboração de proposta que: a) mantenha o regime de subsídio, b) preserve a paridade entre ativos e aposentados, e c) mantenha a correlação salarial das carreiras do Núcleo Financeiro.

Após o fim das discussões do GT, a minuta será debatida em assembleia com as carreiras e, se aprovada, incluída na pauta reivindicatória dos Sindicatos na Mesa de Nacional de Negociação Permanente, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



CONGRESSO NACIONAL

Concurso e reestruturação de carreira são temas de encontros na Câmara

Sindicato se reuniu com deputado Dimas Gadelha (PT/RJ) e com chefe de gabinete do deputado Lindbergh Farias (PT/RJ)

O SindCVM segue dialogando também no Parlamento pela valorização do corpo funcional e pelo fortalecimento institucional da autarquia. No último dia 9 de fevereiro, o presidente do Sindicato, Oswaldo Molarino Filho, acompanhado da assessoria parlamentar, se reuniu com o deputado federal Dimas Gadelha (PT/RJ) e com a chefia de gabinete do deputado Lindbergh Farias (PT/RJ).



Em pauta, dentre outros pontos, a necessidade de recomposição do efetivo da Comissão de Valores Mobiliários e a reestruturação das carreiras. Nos encontros, o presidente do Sindicato alertou para o elevado déficit de pessoal e suas possíveis implicações negativas para a CVM, salientando que o último concurso para o preenchimento de cargos na instituição ocorreu há mais de 12 anos.

Paralelamente à busca por tratativas no âmbito do Executivo, a agenda de visitas a gabinetes no Congresso Nacional será intensificada nas próximas semanas. O objetivo é angariar apoio à pauta reivindicatória do corpo funcional da CVM nas variadas frentes de atuação.



ATUALIZAÇÃO

Assessoria Jurídica conclui parecer sobre atribuições exercidas por movimentados

Dra. Maria Sylvia Zanella di Pietro entregou, na última semana, a análise sobre a situação de empregados públicos, fora do RJU, na CVM

A advogada especialista em Direito Administrativo Dra. Maria Sylvia Zanella di Pietro concluiu na última semana o parecer sobre a situação dos empregados públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil Tecnologia e Serviço (BBTS), da Casa da Moeda e de outras empresas públicas, que hoje exercem funções na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A análise jurídica, encomendada pelo SindCVM, buscou averiguar se as atividades desses empregados movimentados estão delimitadas pelas prerrogativas exclusivas das carreiras dos servidores da CVM, como o poder de polícia sobre o mercado de capitais.

Com a conclusão do parecer, a Diretoria do Sindicato e a assessoria jurídica analisam a melhor estratégia para envio do documento à Administração Pública.

A atuação do Sindicato, nesse caso, visa impedir que as funções delegadas extrapolem as responsabilidades previstas em lei, de modo a preservar, também, as atribuições dos servidores efetivos da autarquia, que estão no rol das carreiras típicas de Estado.



SindCVM se associa ao Instituto Servir Brasil

O SindCVM agora integra o Instituto Servir Brasil. A entidade, fundada em 2022, para atuar como um braço da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), tem a finalidade de fortalecer a articulação e o acompanhamento de pautas de interesse do funcionalismo, em todos os poderes, além de oferecer apoio técnico e fomento à formulação e à discussão de leis, projetos e políticas públicas voltadas à valorização e à qualidade do serviço público.

O Instituto tem atualmente 27 entidades associadas, principalmente representações das carreiras de Estado, incluindo as do Núcleo Financeiro.



Novo convênio com a Faculdade Instituto Rio de Janeiro

O SindCVM acaba de celebrar um convênio para conceder desconto em bolsas de estudos na Faculdade Instituto Rio de Janeiro (FIURJ). A parceria prevê descontos de 50% nos cursos de graduação em Direito e em Gestão Pública e de 10% nos cursos de pós-graduação em Documentoscopia para a Justiça e Master Class em Docência Jurídica. Os descontos estão garantidos a todos filiados ao SindCVM e seus familiares

Caso tenha interesse em ingressar, entre em contato por meio dos telefones: 0800 282 8180/ (21) 2419 6312/ (21) 2419 6260. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

Além de descontos em cursos de graduação e pós-graduação, os filiados ao SindCVM contam com condições exclusivas em cursos de idiomas, fisioterapia, escolas e outros estabelecimentos comerciais.

Confira a [carta completa de convênios aqui](#).

